

DISCUTINDO OS PROGRAMAS DE PERMANÊNCIA DOS ESTUDANTES NO ENSINO UNIVERSITÁRIO

*DISCUTIENDO LOS PROGRAMAS DE PERMANENCIA ESTUDIANTIL EN LA
 EDUCACIÓN UNIVERSITARIA*

DISCUSSING STUDENT PERMANENCE PROGRAMS IN UNIVERSITY EDUCATION

Maria Janete de Lima

Universidade Federal de Campina Grande, Cajazeiras, Brasil

limamariajanete@gmail.com <https://orcid.org/0000-0002-4914-5484>

Resumo

Este artigo trata das Políticas de Assistência Estudantil na Universidade Pública, com foco em dois programas de Assistência ao Estudante: A Residência Universitária e o Programa de Auxílio ao Ensino de Graduação (PAEG), do CFP/UFCG. Tem como objetivo analisar os programas de assistência estudantil enquanto políticas da governamentalidade neoliberal e a construção da permanência qualificada dos estudantes no ensino universitário considerando os discursos da “assistência” e da “permanência”. As bases teóricas trazem a governamentalidade de Foucault. A entrevista foi utilizada para a coleta de dados, na perspectiva de pesquisa qualitativa, e a análise do discurso de Foucault foi desenvolvida para tratar os dados. Sobre os mecanismos de acesso e permanência dos estudantes nos programas Residência Universitária e PAEG no CFP, podemos inferir que existe uma legislação que a Instituição UFCG, executada através da PRAC. Os estudantes apresentam discursos com destaques para aspectos positivos e negativos, assim como tem uma maneira ampla de apresentar uma compreensão bem pessoal e unilateral das políticas de assistência.

Palavras-chave: Governamentalidade, assistência estudantil, universidade, permanência.

Abstract

This article deals with Student Assistance Policies at the Public University, focusing on two Student Assistance programs: The University Residence and the Undergraduate Teaching Assistance Program (PAEG), of the CFP/UFCG. It aims to analyze student assistance programs as policies of neoliberal governmentality and the construction of qualified students' permanence in university education, considering the discourses of “assistance” and “permanence”. The theoretical bases bring Foucault's governmentality. The interview was used for data collection, from the perspective of qualitative research, and Foucault's discourse analysis was developed to treat the data. Regarding the mechanisms of access and permanence of students in the University Residence and PAEG programs at CFP, we can infer that there is legislation that the UFCG Institution, executed through the PRAC. Students present speeches with highlights for positive and negative aspects, as well as having a broad way of presenting a very personal and unilateral understanding of assistance policies.

Keywords: Governmentality, student assistance, university, stay.

Resumen

Este artículo trata de las Políticas de Atención al Estudiante en la Universidad Pública, con foco en dos programas de Atención al Estudiante: la Residencia Universitaria y el Programa de Asistencia a la Docencia de Graduación (PAEG), de la CFP/UFCG. Tiene como objetivo analizar los programas de asistencia estudiantil como políticas de la gubernamentalidad neoliberal y la construcción de la permanencia de estudiantes calificados en la educación universitaria, considerando los discursos de

“asistencia” y “permanencia”. Las bases teóricas aportan la gubernamentalidad de Foucault. Para la recolección de datos se utilizó la entrevista, desde la perspectiva de la investigación cualitativa, y para el tratamiento de los datos se desarrolló el análisis del discurso de Foucault. En cuanto a los mecanismos de acceso y permanencia de los estudiantes en los programas de Residencia Universitaria y PAEG en el CFP, se pudo inferir que existe legislación que la Institución UFCG, ejecutó a través del PRAC. Los estudiantes presentan discursos con destaques para los aspectos positivos y negativos, además de tener una forma amplia de presentar una comprensión muy personal y unilateral de las políticas asistenciales.

Palabras clave: Gubernamentalidad, asistencia estudiantil, universidad, quédate.

Introdução

O presente texto¹ aborda o contexto das políticas educacionais, no ensino universitário na Universidade Pública. Como campo empírico de estudo, trato de dois programas de Assistência ao Estudante; que tem por base o Decreto nº 7.234/2010, o Programa Nacional de Assistência Estudantil-PNAES; sendo estes programas: *A Residência Universitária e o Programa de Auxílio ao Ensino de Graduação (PAEG)*, ambos do Centro de Formação de Professores (CFP),² Universidade Federal de Campina Grande (UFCG)³.

O texto tem como objetivo geral analisar os programas de assistência estudiantil enquanto políticas da governamentalidade neoliberal e a construção da permanência qualificada dos estudantes no ensino universitário considerando os discursos da “assistência” e da “permanência.

Reis e Tenorio (2009, p. 4) “*A permanência expressa em geral, o tempo como o correlativo constante de toda existência de fenômenos, de toda mudança e de toda simultaneidade*”. Sobre a permanência na universidade os autores se permitem pensar “enquanto um continuum através dos tempos e que determina a perpetuação do fenômeno”. No caso de pensar as políticas da residência universitária e PAEG a definição de permanência, “como o ato de continuar que permita não só a constância do indivíduo no espaço físico, mas também a possibilidade de

¹Recorte da Tese de Doutorado defendida pela autora na UFS/PPGED em 5 de dezembro 2022. Análise das políticas de assistência estudiantil: pensando as formas de permanência de estudantes universitários no contexto da governamentalidade neoliberal.

²Centro de Formação de Professores criado pela Resolução nº 62/79 do Conselho Universitário da UFPB inaugurado no dia 03 de fevereiro de 1980.

³A Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) é uma instituição pública federal de Educação Superior, com sua sede na cidade de Campina Grande, no estado da Paraíba. Foi criada a partir da Lei nº 10.419, de 9 de abril de 2002, a partir do desmembramento da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), e é formada por seis *Campi*, além da sede, que estão localizados nas cidades de Cuité, Sumé, Patos, Pombal, Sousa e Cajazeiras.

existência com seus pares” amplia a visão de permanência como continuação, resistência dentro de um contexto simbólico de pertencimento. O “*conceito de permanência possui uma relação direta com a coexistência dos indivíduos em primeiro lugar e sua existência em segundo*” (p. 5).

O Decreto do PNAES (Brasil, 2010) apresenta, categorias de assistência, cujo acesso depende das necessidades socioeconômicas específicas dos estudantes, se efetiva em articulação com atividades de ensino, pesquisa e extensão, com foco principal na permanência desses estudantes nos seus cursos de graduação. Entre elas destaco:

Art. 3º [...] Parágrafo único. Compreendem-se como ações de assistência estudantil iniciativas desenvolvidas nas seguintes áreas:

I. Moradia estudantil; II. alimentação; III. transporte; IV. assistência à saúde; V. inclusão digital; VI. cultura; VII. esporte; VIII. creche; e IX. apoio pedagógico; X. acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação (Brasil, 2010).

Sobre as propostas de revisão ao texto do Decreto do PNAES, destaco algumas listadas no documento do Fonaprace que me fazem refletir sobre a permanência dos estudantes nos programas de assistência social. Propostas 1 e 3:

1.) Composição e recomposição das equipes de profissionais para operacionalizar as ações da Política de Assistência Estudantil por exemplo, aumento do quadro de assistentes sociais, pedagogos, psicólogos, técnicos educacionais e técnicos-administrativos;

3.) Implantação e ampliação de políticas de promoção e de assistência integral à saúde dos estudantes. Incluir em caráter emergencial e prioritário programas de prevenção e redução de danos ao uso indevido de álcool e outras drogas, com o objetivo de proporcionar qualidade de vida e saúde integral aos estudantes universitários (Fonaprace, 2012).

Com o ponto 01 das ações listadas para uma possível ampliação e reestruturação do programa PNAES com a recomposição das equipes de profissionais para operacionalizar as ações da Política de Assistência Estudantil por exemplo, visa-se o aumento do quantitativo de profissionais como assistentes sociais, pedagogos, psicólogos, técnicos educacionais e técnicos-administrativos. Observamos, assim, que na pesquisa em curso, o Centro de Formação de Professores, com um total de nove cursos de licenciatura e com os programas PAEG e Residência Universitária em execução, registra demanda de muito trabalho de acompanhamento e de execução de atividades, contando com apenas dois assistentes sociais, uma psicóloga, um técnico em assuntos estudantis com vínculo efetivo, e duas atendedoras com vínculo terceirizado como já mencionado na introdução.

Sobre as propostas 8 no texto de revisão do Decreto do PNAES sobre a permanência dos estudantes nos programas de assistência social, lemos o seguinte:

- 8.) Implantação de ações de assistência estudantil (principalmente moradia, alimentação, transporte e apoio pedagógico) unificadas nas IFES, para atender aos estudantes em mobilidade no território nacional e implantação de ações de apoio aos estudantes para participarem de convênios no exterior (Fonaprace, 2012).

Como outro destaque, para que o ponto 08 das ações destacadas sejam efetivadas como moradia, alimentação e apoio pedagógico para atender aos estudantes em mobilidade no território nacional, existe a necessidade do número aumentado desse quantitativo de profissionais.

No tocante à assistência integral à saúde dos estudantes, foi incluído, em caráter emergencial e prioritário, programas de prevenção e redução de danos ao uso indevido de álcool e outras drogas. O objetivo de proporcionar qualidade de vida e saúde integral aos estudantes universitários existe por meio de algumas possibilidades. Desde a realização de concurso para profissionais de saúde mental e coletiva, passando por alternativas que não incorram em despesas de concurso, como por exemplo o projeto de atendimento aos estudantes pelos profissionais dos cursos de medicina e enfermagem do referido centro. Existe uma possibilidade de acionar as Unidades Básicas de Saúde - UBS, serviço público existente na maioria dos municípios brasileiros, para atender às demandas cidadãs de estudantes.

No entanto, faço uma ressalva, sobre a hipótese de que esses espaços já estejam com demandas excessiva da população, o que geraria uma sobrecarga aos profissionais e possíveis não adesão dos estudantes ao serviço. Outro aspecto a considerar, caso os estudantes sejam acompanhados nas Unidades Básica de Saúde, não seria possível o acompanhamento dos profissionais do Apoio estudantil em tempo real e com garantia de acesso e aos resultados. Já um atendimento nos hospitais e centros universitários com reserva de vagas para os estudantes poderá se constituir em práticas mais efetivas de acompanhamento.

No tocante à garantia dos direitos à educação e em especial aos programas de assistência estudantil, trago um destaque da reflexão sobre a diferença, nas políticas em vigor, nos casos do PAEG e da Residência Universitária, ao que o pensamento de Gallo, (2017) se adequa ao apresentar os desafios e subjetividades que perpassam o tema.

A diversidade permite remeter ao direito universal, como aglutinador de tudo aquilo que é diverso. Ela está implicada no conjunto daquilo que compõe o universal. Em outras palavras: há uma unidade que é resultante da diversidade ou, numa direção distinta, a diversidade é nada mais do que o desdobramento de uma unidade. Tomar a diversidade em lugar da diferença significa “domar” a diferença, apaziguá-la, neutralizar os horrores que o efetivamente diferente poderia provocar. No fundo, trata-se de não se suportar a alteridade. Lidar com o diverso é lidar com distintas faces de nós mesmos, não com o totalmente outro, a diferença implica em multiplicidade, nunca em unidade. Na afirmação da diferença, não há unidade possível, não há como reunir as multiplicidades em um conjunto único, logo não cabe aqui o apelo ao universal. Pode-se dizer que a diferença implica no fora, pois que, sempre escapa aos conjuntos, enquanto a diversidade implica no dentro, na interiorização, no pertencimento a um grupo que, por sua vez, encontra-se em outro grupo, até que se chegue ao universal (Gallo, 2017).

Assim, as ações de assistência estudantil, pela própria razão de existência, não podem se furtrar ao olhar da diferença como categoria de estudo que a compreende como superação dos modelos que uniformizam os estudantes, seus modos de ser e de viver. Essa ideia pode estar refletida na hipótese de que após o aumento quantitativo e qualitativo das políticas de assistência estudantil, a comunidade universitária se tornou mais diversa segundo diferentes aspectos, mas especialmente aqueles ligados à economia e à cultura; sem perder de vista a diversidade de

gênero e de sexualidade que também demonstra ter se evidenciado. Essas hipóteses são corroboradas com um consenso histórico bastante sabido, no desenvolvimento das universidades brasileiras. Estas, até o final da década de 1990, atenderam majoritariamente os filhos das elites econômicas do país; supondo, para tanto, uma maior homogeneidade cultural de matriz ou de referência europeia e estadunidense.

Quanto ao gênero e sexualidade, corre também uma hipótese de que os estudantes anteriores apresentavam um padrão heteronormativo e patriarcal; unido a isso, poucos estudantes necessitavam de programas de assistência na forma de bolsas, moradia e alimentação, pois, eram dependentes financeiramente de suas famílias.

Nos aspectos que trata da diferença Deleuze, (*apud* Paraiso, 2012, p. 31) estabelece que “não é diferença entre dois indivíduos; não é diferença entre coisas ou entes; mas sim, "diferença em si", "diferença interna à própria coisa", o "diferenciar-se em si da coisa”. “A diferença tem como critério o acontecimento, trabalha pela variação de sentidos, pela multiplicação das forças, pela disseminação daquilo que aumenta a potência de existir”. O diferente, aquilo que torna cada um singular na multiplicidade, o corpo disciplinado é o campo para o estabelecimento de poder sobre esse corpo.

Os conhecimentos da filosofia da diferença nos trazem a pensar sobre nossas ações, as forças que se atravessam nelas, nossos processos de subjetivações, pensar o que nos tornamos. Com os processos de formações de professores não é diferente, o que nos tornamos são os modos através dos quais vivemos (García e Torres, 2011).

Sobre a proposta 10 de revisão do Decreto do PNAE, destaco:

10.) Implantação e fortalecimento de política de atendimento às demandas dos estudantes no que diz respeito à educação e cuidados de seus filhos, criando, organizando e estruturando creches (Fonaprace, 2012).

No tocante ao ponto 10, das possibilidades e necessidades dos estudantes e a reestruturação do PNAES para o fortalecimento de política de atendimento às demandas dos estudantes e seus filhos, especialmente à educação e cuidados dos filhos menores de 6 anos, como professora dos cursos de licenciatura, já escutei de vários estudantes beneficiados pelo PAEG, a declaração de

que fazem uso do valor da bolsa instituída pelo programa para pagar despesas com filho porque não têm como deixá-los para ir estudar. Desse modo, ao reformular as atividades do programa podem ser criadas e organizadas estrutura de creche para os filhos dos estudantes, podendo ocorrer por meio de parcerias com a rede pública escolar, tal como quando se trata de estudantes da cidade de Cajazeiras/Pb. Quanto aos estudantes dos demais municípios e estados, a universidade necessita viabilizar um plano de trabalho para realizar essas ações.

Ao apresentar os principais pontos faço uma ressalva ao objeto de estudo, ou seja, os que considero interessantes para problematizar e, assim, ao destacar desenvolvimento das ações da assistência estudantil pelas universidades, é necessário considerar que elas atendem a diferentes grupos de estudantes que têm diferentes necessidades para além dos critérios de acesso aos programas; especificidades que vão do espaço regional às características socioeconômicas. Neste caso, entra em destaque a autonomia das instituições universitárias para o gerenciamento dos recursos do PNAES. De modo que a redução do número de evadidos e retidos nos cursos de licenciatura, uma cobertura proporcional de programas e estudantes favorecidos, quando devidamente avaliado o número de pedidos nos editais, tudo isso possibilita aos dirigentes das universidades, seja Reitores e Pró-Reitores na obtenção e gerenciamento dos recursos financeiros.

Nestes termos, compreender as políticas de permanência dos estudantes no ensino universitário passa por pensar o desempenho acadêmico destes estudantes, as dificuldades acadêmicas que os programas podem amenizar, as dificuldades financeiras que os valores podem custear e a cidadania que o apoio educacional se constitui para a comunidade acadêmica beneficiada pelos programas. Considerando que essas políticas buscam enquadrar o diferente no normal, governar seus corpos, vigiar, disciplinar, como consequência, o estudante contemplado com o benefício deve seguir procedimentos, cumprir rituais, preencher fichas e formulários, assumir compromissos e deveres de não transgredir, de não transpor a normalidade. Desse modo, com algumas ressalvas, as políticas de assistência estudantil podem amenizar as dificuldades e desigualdades provenientes das políticas na governamentalidade neoliberal, (considerando que esse mesmo estado neoliberal também constrói políticas que promovem igualdade e equalização para favorecer o domínio neoliberal) essas políticas precisam ser acompanhadas e apropriadas pelos estudantes, que pelo seu viés de subjetividade, podem se constituir em

mecanismo de controle político, ideológico e financeiro: Contudo, sou de acordo que essas políticas podem ser instrumento de luta política no caso brasileiro.

Na obra “Arqueologia do saber” Foucault, (2008) introduz o tema discurso como um conjunto de enunciados que se apoiam numa formação discursiva, que produzem poder e saber, em relação com outros enunciados. Como categorias analíticas constituem os sujeitos, os enunciados, o dispositivo, e o discurso para a investigação das práticas discursivas. Ao identificar o discurso como um conjunto organizado, coerente e definido de regras linguísticas através das quais nos pronunciamos sobre determinado objetivo. Desse modo, para se referir sobre um campo de conhecimento, devemos seguir normas estratégicas e padrões enunciativos que nos autorizam a comentar sobre aquela área; identificando que dessa forma, ninguém é livre para dizer o que quiser, no lugar que quiser, conforme o jeito que quiser.

É preciso seguir ordens discursivas que autenticam nossas palavras e a avaliam segundo critérios de veracidade; práticas que dividem, que seccionam o certo e o errado (Foucault, 2008). Por se tratar de uma pesquisa em educação, sigo o intento de Foucault em fazer uma leitura aprofundada e uma “garimpagem” das falas reveladas nas entrevistas, seguida da descrição dos termos que mais aparecem em situações linguísticas nesses conceitos, visando compreender quais foram as relações de poder e saber que as validaram. Em suma, me aproximo das categorias Arqueologia do saber enquanto estudo sobre a visão do sujeito objetivado na sociedade dos governos liberais, da Genealogia do poder que estuda a ordem dos discursos na perspectiva dos dispositivos de poder e de uma microfísica destes poderes, e da genealogia da Ética dos microdispositivos da governamentalidade.

Metodologia

Ao pesquisar um grupo de estudantes e profissionais com diferentes características individuais, foram necessários instrumentos sensíveis a essas qualidades, bem como coerentes com a abordagem teórico-metodológica. Nesse sentido, vislumbramos que a entrevista consiste em procedimento adequado aos nossos objetivos e concepções. Para Ludke e André (1986), a entrevista representa um dos instrumentos básicos para a coleta de dados, dentro da perspectiva de pesquisa qualitativa.

A opção da entrevista gravada condiz com uma forma qualitativa para a coleta de dados é uma alternativa que permite a interação com os agentes pesquisados e o pesquisador, considerando as reações adversas com o uso do gravador considero que as gravações transcorreram de modo satisfatório.

Para a análise dos dados utilizamos a análise do discurso proposta por Foucault, definida como ato de falar, manter, transmitir, articular ideias, comunicar em qualquer campo, seja ele simbólico ou material, então com representação oral, escrita, visual, sonora etc. O contexto discursivo contesta, aproximasse, olha como o discurso funciona, numa constelação de tantos outros discursos. O discurso constrói a realidade social por meio de processos, produzindo poder e saber a todo momento, numa rede que pode ser o sujeito que emerge na formação discursiva. Ao entender como surgem e se organizam as formações discursivas e suas arbitrariedades, Foucault apresenta que podemos “determinar as condições de sua existência, de fixar da maneira mais justa os seus limites, de estabelecer suas correlações com os outros enunciados aos quais ele pode estar ligado, de mostrar que outras formas de enunciação ele exclui”.

Na obra “Arqueologia do saber”, Foucault (2008) introduz o tema discurso como um conjunto de enunciados que se apoiam numa formação discursiva, que produzem poder e saber, em relação com outros enunciados. Como categorias analíticas constituem os sujeitos, os enunciados, o dispositivo, e o discurso para a investigação das práticas discursivas. Ao identificar o discurso como um conjunto organizado, coerente e definido de regras linguísticas através das quais nos pronunciamos sobre determinado objetivo. Desse modo, para se referir sobre um campo de conhecimento, devemos seguir normas estratégicas e padrões enunciativos que nos autorizam a comentar sobre aquela área; identificando que dessa forma, ninguém é livre para dizer o que quiser, no lugar que quiser, conforme o jeito que quiser. É preciso seguir ordens discursivas que autenticam nossas palavras e a avaliam segundo critérios de veracidade; práticas que dividem, que seccionam o certo e o errado (Foucault, 1999).

Segundo Paraiso, a análise do discurso de Foucault (2008) compreende a análise descritiva das relações de poder envolvidas nas produções dos saberes, inspiradas na genealogia como método

de investigação, busca analisar a constituição de um saber histórico das lutas e a utilização desse saber nas táticas atuais Foucault, (2000 *apud* Paraiso, 2012).

Os agentes pesquisados são oito (08) estudantes dos cursos de licenciatura do CFP/UFCG, as profissionais da Coordenação de Apoio Estudantil/CAE, considero a amostra como sendo o universo integral de fontes, pois a Assistente Social e a Psicóloga, duas (02) entrevistadas, são as atuais e exclusivas responsáveis no ano de 2020 pela na linha de frente de execução das referidas ações, desde a seleção até o acompanhamento dos estudantes, que são o PAEG e a Residência Universitária/ResidUni e por fim, tem-se um (01) representante da Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários-PRAC, setor que desenvolve as políticas da universidade junto a Reitoria da UFCG, sendo contactada a Pró-Reitora que se prontificou a participar da pesquisa.

Discussão dos dados: análise das entrevistas

Considerando a análise de discurso foucaultiano observo e reflito sobre como se corporificam os enunciados produzidos pelos entrevistados e os lugares institucionais, seguidos dos argumentos. Assim é válido dizer que numa sociedade do discurso, como classificou Foucault, a estabilidade e o funcionamento estão sempre presentes na prática discursiva. A estabilidade está relacionada aos gestores em defender discursos de dominação e poder, já o funcionamento está relacionado ao modo como as instituições devem funcionar, sempre se renovando para continuar o mesmo e no controle. Em todas as entrevistas semiestruturadas observo as condições de possibilidade enunciadas por Foucault, e como estas falas/discursos aparecem à maneira de uma contingência que possibilita a pesquisadora reconhecer a natureza do dispositivo universidade. As ausências, as falas de reconhecimento, de fragilidades, assim como as falas de insatisfação e de (auto)críticas sobre as políticas de assistência estudantil se forjam como resultado da articulação de saber-poder dos grupos pesquisados, posto que, bem articuladas pela governamentalidade neoliberal que os atravessa, produz e mantém a universidade brasileira como um lugar de subjetivação no sentido da captura mediante a distribuição do exercício do saber-poder; na participação da população na esfera do poder-saber que é a universidade.

Observo que as dinâmicas dos discursos dos/das entrevistados/as ocorrem pela lógica produzida nas relações de força ou políticas e econômicas, na medida em que esses sujeitos, suas

identidades, são sustentados por essas relações, existem como efeitos das tensões e dos seus discursos. O sujeito se produz no enunciado do discurso, pois nesse se desenha uma persona, uma performance, com a qual fica atribulado, vinculado, comprometido. Após proferido um discurso, o sujeito ali produzido por predicados acabara, por sua “vontade de verdade”, por trabalhar para manter suas condutas e seus outros discursos coerentes ao discurso anterior então normativo. O problema quanto ao limite de nossa razão é que quando falamos, não sabemos exatamente os limites das consequências de nossos discursos; até onde ou quando um sujeito se conduz sem contradições? Caso essas apareçam como quebra de normas e instituições, os sujeitos são dissolvidos imediatamente pela falsidade das tensões.

Desse modo, mais que uma teorização, a regularidade do discurso é responsável pelo refazimento destes e outros discursos, quando o sujeito se apropria de novas formas de dizer e pensar no sentido do favorecimento de um determinado dispositivo. Para que a universidade seja aceita com suas regras é estruturado um discurso de regularidade por parte dos sujeitos/autores em que o autor se anula na figura do discurso universitário da verdade como não contradição. Pensando a instituição como um ente equivalente ao sujeito, ela se produz em seus discursos, ao mesmo tempo em esses exigem condutas muitas vezes impraticáveis. Não obstante, o discurso universitário carrega, especialmente nas democracias e nas repúblicas contemporâneas, o ideal de civilização e de cultura figurado no conceito de “homem”, o qual Foucault diz ter morrido no século XIX. Estamos dizendo que o discurso universitário, ao menos do século XX, está comprometido em produzir, por herança mais do que por consciência, enquanto dispositivo ou protocolo, “homens” de saber e de poder; como lugar da sabedoria e do empoderamento em termos clássicos.

Nesse sentido, quem toma a universidade como lugar de saber e de poder, de sabedoria e de empoderamento, assume, sem saber, que não há poder suficiente para evitar as contradições. Entretanto, ao reproduzir o discurso sábio e poderoso, um certo sujeito se produz, o “homem” de civilização e cultura; republicano, democrático, filosófico e científico ao ser suporte a comportar o discurso em sua existência. Vejamos, assim, que todos os discursos aqui proferidos, de todos os lados e posições, o são desde a perspectiva alienada de um sujeito que se vê e se sente do lado da verdade, então alçada pelo seu saber, do qual espera se empoderar. Não escutamos ou lemos nesses discursos a denúncia consciente dos limites verídicos desse

saber para o poder. Vemos que os discursos certos de saberem a verdade acreditam conterem algumas formulas poderosas para promoverem mudanças, melhoras, avanços, aperfeiçoamentos, progressos, desenvolvimentos etc. Todos parecem ensaiar resoluções para os problemas que se tornaram objetos do saber de estudantes, técnicos e docentes.

Para Foucault, (1999) o verdadeiro e o falso são constituintes do discurso, são de sua ordem e natureza. Por conseguinte, “[...] a separação entre o verdadeiro e o falso não é nem arbitraria, nem modificável, nem institucional, nem violenta”. Todo humano que então se produziu por ter entrado na ordem do discurso sofrerá com a inevitável divisão do discurso em verdadeiro ou falso. Entretanto, essa constituição se degenera na historicidade do discurso, de modo que o problema insolúvel do verdadeiro e do falso é transferido para o juízo ou a credibilidade das instituições, dos sujeitos, das epistemes, das teorias, dos métodos. As instituições, a universidade em especial, foram produzidas, portanto, pelo discurso que desenhou a possibilidade de um saber cujo poder estaria em superar os “sistemas de exclusão”, de modo que o discurso sem contradições se tornou o ideal Aristotélico do “terceiro excluído”; isto é, de que um dizer não pode ser simultaneamente verdadeiro e falso. Em outras palavras, os entrevistados não podem notar que no interior de seus discursos existem enunciados contraditórios e falsos, ao lado dos lógicos e verdadeiros.

Tomar o próprio discurso como verdadeiro implica partir para ou resistir na sua defesa, como que uma propriedade, um saber e um poder que se possui como objeto. O discurso não é apenas um meio para se disputar o saber e o poder, mas ele próprio é objeto de saber e de poder pelo qual se luta. Nas palavras de Foucault (1999, p. 10), “[...] isto a história não cessa de nos ensinar – o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual nós queremos apoderar”. No caso dos estudantes, o próprio discurso universitário que os produz como estudantes e como assistidos permite que pronunciem, contra o saber e o poder dos técnicos, certos saberes ignorados pela própria instituição. O estudante, que estaria localizado mais ao lado da porção da ignorância, isto é, da menoridade da razão, coloca-se desde o ponto de vista da verdade do saber e do poder, como que para além da razão (na irracionalidade) institucional, tal como o louco no hospício, revela “[...] estranhos poderes, o de dizer uma verdade escondida, o de

pronunciar o futuro, o de enxergar com toda ingenuidade aquilo que a sabedoria dos outros [dos doutos] não pode perceber” (Foucault, 2008).

Concluir uma pesquisa sobre políticas de assistência na instituição em que “você” desenvolve suas atividades profissionais também se revelou uma tensão formada pelos limites entre responsabilidade pública e isenção ou neutralidade ética para a condução da tese. Nesse sentido, a opção teórica, para tratar de políticas de assistência, na perspectiva foucaultiana, fez-se pelo desafio de não descolar a formação acadêmica da experiência da assistência estudantil. Em outros termos, a experiência assistencial na universidade é vista segundo a expectativa de possibilitar materialmente/economicamente a formação acadêmica disciplinar/profissional do/da discente, ao mesmo tempo em que essa, pelo seu princípio, ao menos nas universidades públicas, de cidadania e criticidade, pode influir simbolicamente sobre a própria experiência da assistência, já que a formação universitária promove, do ponto de vista estudantil, uma consciência dos direitos sociais como um exercício, apropriação ou participação do saber-poder nas formações discursivas subjetivadas.

Não obstante, pude perceber claramente uma projeção de reciprocidade sobre essa expectativa recaída sobre a assistência estudantil, na medida em que recai sobre a experiência assistencial uma potencialização simbólica do saber-poder discente na participação nos cursos acadêmicos. Espera-se, portanto, que o estudante assistido vivencie algumas experiências, individuais e coletivas, mais próximas ou condizentes com a realidade social, econômica e política de um país como o Brasil. A expectativa, em suma, consiste em que esses estudantes possam cursar os currículos acadêmicos desde uma perspectiva crítica e contextualizada da própria profissão. Entretanto, essa performance crítica do estudante assistido no âmbito do seu currículo ou vida acadêmica parece depender de ações formativas e pedagógicas por parte da própria universidade, mais especialmente do CAE.

Desse modo, compreendo a assistência estudantil também é demarcada por aspectos pedagógicos ambíguos na contemporaneidade da sociedade neoliberal que regem o Brasil e o mundo são fundamentos latentes para a pesquisa. Em outras palavras, os enunciados que figuram a imagem do “cidadão crítico” não estão excluídos da lógica neoliberal, mas são assimilados do ponto de vista da segregação individualista dos sujeitos. Desse modo, os

dispositivos não produzem coletividades críticas, mas sim individualidades críticas que podem ser assimiladas por inúmeros outros dispositivos, especialmente os profissionais. Parece haver, portanto, tacitamente, a expectativa de que os estudantes assistidos, devido à complexidade social, econômica e política de suas vidas, possam exercer a criticidade e/ou a criatividade capaz de solucionar alguns problemas das próprias instituições; na medida em que o poder se efetiva apenas quando ele distribui ou delega poder, no lugar de simplesmente exercer o poder pela opressão dos indivíduos.

Considerações

Estudar as políticas do PNAES, entrar nesse universo de sentidos e fazeres sobre acesso e permanência estudantil me colocou num movimento intenso de acontecimentos, de legislação, de teorias, de efetivação dessa política e de todos o resto que subjaz a produção de subjetividades que perpassam a efetivação da assistência no ensino universitário.

Sobre os mecanismos de acesso e permanência dos estudantes nos programas Residência Universitária e PAEG no CFP, podemos inferir que existe uma legislação que a Instituição UFCG, através da PRAC, procura executar, ao passo que os estudantes apresentam discursos com destaques para aspectos positivos e negativos, assim como tem uma maneira ampla de apresentar uma compreensão bem pessoal e unilateral das políticas de assistência. Assinalam que as formas de comunicação, divulgação dos processos e burocracia nos editais, podem ser melhor distribuído, considerando o campus de Cajazeiras, PB no qual a pesquisa foi realizada.

No tocante aos dois programas, consideramos que, por caminhos diferentes, apresentam sua importância enquanto programas de auxílio e permanência na vida dos estudantes; de modo que a política expressa no Decreto do PNAES vem atingindo seus objetivos, ou seja, está chegando aos estudantes com renda inferior a um salário e meio, provenientes das escolas públicas, declarados pretos, pardos e indígenas; alguns dos entrevistados declaram que não teriam seguido estudando sem os benefícios dos programas em tela.

Por parte das servidoras técnicas observo uma visão própria da assistência, cada uma com sua formação e pautadas em compreensão que refletem as formas da sociedade e de governos neoliberais, os quais se expressam numa governamentalidade. Assim, as instituições modernas

não possuem a mesma fisiologia de uma comunidade, de uma família e estão bem distantes de uma relação entre mim e tu; mas entre o sujeito e esse Outro que é uma instituição. O modelo de relações se estabelece entre sujeitos e máquina, no atendimento das demandas, sejam elas das mais humanas as mais materiais.

Ao identificar no discurso dos estudantes as reivindicações sobre a estrutura física das residências, sobre a conservação dos prédios e quantidade de estudantes, por quarto, importa ler e compreender como a instituição poderia equipar as residências no campus do CFP que conta com instalações próprias e construídas com recursos do Reuni, localizada dentro do Centro, ou por outro lado, dispor para os estudantes do auxílio aluguel como os demais campus. Assim se constituem discursos atravessados por relações materiais e pelo exercício do poder entre grupos e seus interesses, atualmente mais individuais que coletivos.

Sobre o programa PAEG é citado nos discursos a flexibilidade da proposta em tela, constituindo-se numa “bolsificação”, que conta com a exigência de o estudante frequentar as aulas e ser aprovado nas disciplinas a cada período. Os estudantes destacam, de modo particular, o baixo valor da bolsa e a necessidade de trabalhar, atribuindo a isso a baixa participação em atividades, eventos, projetos de ensino, pesquisa e extensão dos cursos de formação. Considero muito interessante que o programa conta com a vantagem de ser livre para os estudantes fazerem a aplicação que desejam com o recurso recebido, diferente do programa Residência Universitária, não apresenta a mesma adesão ou participação estudantil na chamada vida acadêmica.

Os estudantes destacam nos discursos que buscam interagir, serem solidários e companheiros, evitando situações e discussões na residência, em especial nos quartos. Quanto à vida acadêmica os residentes destacam participação nas atividades em sala de aula e extraclasse, como projetos de extensão, de ensino e pesquisa. Os estudantes reconhecem os pontos positivos do programa Residência Universitária sem o qual alguns identificam que não estariam na universidade. No tocante aos residentes e aos bolsistas do PAEG, sobre a convivência com os professores e com a gestão, observamos relações pautadas por uma sociedade individualizada em suas funções, pautada pela maquinaria do estado e da sociedade neoliberal, em que o saber-

poder das individualidades se sobrepõem à da coletividade pelo exercício do poder-saber institucional.

Por outro lado, é necessário construir ações que valorizem a diferença e a singularidade nas relações da universidade com os estudantes beneficiados pelas políticas de assistência, para atingir os objetivos do Decreto n. 7.234/2010.

Entre as dez áreas de auxílios a serem desenvolvidas, como o recurso do PNAES, estão a moradia estudantil, a alimentação, o transporte, a saúde, a inclusão digital, a cultura, o esporte, a creche, o apoio pedagógico e o acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação. (Fonaprace, 2010). De modo geral, tomando como referência os dois grupos pesquisados, algumas áreas ainda estão em desenvolvimento e outras sendo propostas para se efetivarem como PNAES em nossa instituição. Em outras palavras, se considerarmos as prerrogativas gerais do programa, a instituição aqui pesquisada está aquém da reflexão necessária sobre todos esses aspectos, pois, como vimos, apenas os problemas relativos à Residência Universitária e ao PAEG, consomem boa parte do saber-poder institucional.

Desse modo, tomando por referência Foucault, os discursos dos dois grupos entrevistados são linguagens sendo utilizada como prática discursiva sujeita a subjetividades, ou seja, usos subjetivos e sociais sobre as políticas de assistência e será entendido como tal, campo simbólico e articulador de ideias. Os sujeitos do discurso têm seu lugar de produção e endereçamento na prática social por tecerem, entre outras práticas, discursos que se movimentam pelas dinâmicas de poder e de saber tendo como horizonte seu destino alguma prática social.

Foucault e seus interpretes me levam a crer que a assistência e a permanência, nas suas formas mais completas e integrais, ainda se encontram longe dos estudantes. O que se observa é um permanecer cheio de discursos. Os estudantes permanecem porque têm interesses na conclusão do curso e, pela insistência, para estarem incluídos num sistema de educação historicamente excludente para algumas classes, - neste caso a classe trabalhadora- destituída de poder econômico e social. Por parte da gestão das políticas me convenço de que é um modelo que acompanha o restante das instituições brasileiras, que é regido por uma estrutura na qual a universidade não tem autonomia para modificar.

Quando a permanência dos estudantes nas políticas de assistência vai atingir o ponto mais eficiente no Decreto n. 7.234/2010 do PNAES? Vários são os elementos que podem contribuir ou atrasar esse processo. Outro aspecto é o predomínio da governamentalidade neoliberal brasileira que a cada dia se refaz, se reestrutura por meio de discursos e ações. Assim se faz a retórica do controle que constrói a realidade social brasileira. Por outro lado, é preciso considerar as resistências, seja dos estudantes, seja dos órgãos de classe como o FONAPRACE, ANDIFES e de gestores comprometidos com a Assistência Estudantil.

Portanto, faz-se necessário contextualizar os micro dispositivos e micro poderes da governamentalidade na genealogia da ética foucaultiana, que ao escrever sobre uma analítica crítica do tempo presente, apresenta os discursos e sua produção como possibilidades de transformação dos sujeitos, mediante a distribuição de pequenas parcelas de saber-poder como um modo de governamentalidade. Nesse caso, a universidade e as leis que as rege são dispositivos que têm como função responder a uma certa urgência de um imperativo histórico acerca dos sistemas de exclusão. Então, sustentados pelas interdições, segregações e verdades/falsidades. A universidade consiste em uma instituição que, por excelência, demonstra sua ambiguidade, na medida em que funciona no eixo do saber-poder, ao mesmo tempo, oprimindo e distribuindo poder. Nesses termos, podemos notar que o exercício da governamentalidade neoliberal está justamente nas dinâmicas em que adquirir e exercer saber-poder tem como consequência se ver oprimido pelo compromisso e pela responsabilidade com o saber-poder recebido ou conquistado. Não obstante, essa elaboração nos faz lembrar de um certo enunciado que diz: todo (saber) poder tem um preço.

Referências Bibliográficas

- Brasil, (2010). Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil PNAES. Brasília, DF. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/> Acesso em 12 de maio de 2020.
- Fonaprace, (2012). Revista comemorativa 25 anos do FONAPRACE: histórias, memórias e múltiplos olhares. Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (Org.) Coordenação, ANDIFES. UFU, PROEX: 2012.
- Foucault, M. (1999). Ordem do discurso. Aula inaugural no Collège de France pronunciada em 2 de dezembro de 1970. 5ª edição. São Paulo: Ed. Loyola.
- Foucault, M. (2008). A arqueologia do saber. 7ª edição. Rio de Janeiro: Forense Universitária.



- Gallo, S. (2017). Biopolítica e subjetividade: resistência? Educar em *Revista, Curitiba, Brasil*, 33(66), 77-94.
- Garcia Feldens, D. e Torres Santana, A.F. (2011). Movimentos na docência: subjetividades e encontros inusitados. Programa de Pós-graduação Educação: Currículo. *Revista e-curriculum*, 7(2), 1-14.
- Lima, M.J. de. (2022). Análise das políticas de assistência estudantil: pensando as formas de permanência de estudantes universitários no contexto da governamentalidade neoliberal. São Cristóvão, SE, 197 f.
- Lüdke, M. e André, M. (1986). Pesquisa em educação: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU.
- Paraíso, M.A. (2012). Metodologias de pesquisas pós-críticas em educação. IN Dagmar Estermann Meyer, Marluce Alves Paraíso, (organizadoras). Belo Horizonte: Mazza Edições.
- Brito Reis, D. e Moreira Tenorio, R. (2009). Políticas públicas de acesso e permanência da população negra no ensino superior – um debate em curso. Disponível em: <https://www.anpae.org.br/simposio2009/83.pdf>. Acesso em 12 de maio de 2020.